

A Doença da Obesidade como Demanda de Política Pública: As Iniciativas Brasileiras para Controlar a Epidemia

Bolsista: Jessica Brignol Vaz Barreto

Orientadora: Andréia Mendes dos Santos

Instituição: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul- PUCRS

Programa de Pós-graduação em Serviço Social/ Faculdade de Serviço Social

GTEMPP- Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas.

Endereço: Avenida Ipiranga, 6681, Prédio 15, sala 315, Porto Alegre, RS.

Este estudo destaca à análise das iniciativas do Governo brasileiro em atenção à epidemia da obesidade, uma doença crônica e multifatorial. O aumento da prevalência da obesidade, no mundo, coloca a temática como um sério problema de saúde pública, que causa sérios danos à saúde além de ser principal fator de risco para outras comorbidades fatais e representa uma problemática social. A obesidade ganha destaque nos quadros epidemiológicos. Segundo a Organização Mundial da Saúde e o Ministério da Saúde brasileiro, cerca de 40% da população brasileira está com excesso de peso. O crescimento da prevalência da doença tem levado o Governo a analisar formas de controlá-la. Na história das Políticas Públicas do país, a atenção à questão da fome e da desnutrição se destacam e, com a epidemia da obesidade, esta atenção ganha notoriedade. Neste trabalho foi realizado o mapeamento, referente à obesidade, na Legislação brasileira, a partir da busca por políticas e ações que se refiram à demanda do excesso de peso. No período compreendido entre 1999 e 2013 foram localizadas 52 iniciativas (Decretos, Leis e Programas). Buscaram-se resoluções e Legislações nas bases Ministério da Saúde, Biblioteca Virtual em Saúde, Sistema de Legislação em Saúde e Legislação em Vigilância Sanitária, utilizando-se as palavras-chave: obesidade, cirurgia bariátrica, segurança alimentar e nutrição. Os resultados mostram que o Governo brasileiro tem promulgado ações de promoção à saúde que visam ao combate da obesidade. Ressalta-se a estruturação e implementação de ações que promovam a saúde e incentivam a nutrição adequada. Além da atenção ao controle da obesidade, destacam-se o predomínio de normas que abordam a questão da prevenção do excesso de peso. Considerando a importância do combate a obesidade para a promoção da saúde da população, observa-se que as iniciativas ainda são insipientes, porém merece destaque a constatação de um aumento significativo da implementação de Políticas Públicas na jurisdição dos últimos anos. Ressalta-se a fundamental importância da atenção e do atendimento multidisciplinar para o combate á obesidade, buscando intervenções que se complementem, considerando a multiplicidade de aspectos, que permeiam a questão da obesidade. Enfatiza-se a pertinência deste estudo, pois tal discussão auxilia na consolidação dos direitos da pessoa com obesidade, no que se refere ao acesso, humanização do e integralidade da atenção, além de ser uma questão política, cultural e social.

PALAVRAS-CHAVE: obesidade, segurança alimentar, políticas públicas